

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 32.206.435/0001-83



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul Américas Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis brasileiras, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Conselho Brasileiro de Normalizadores Contábeis (CBNC), e também com as normas contábeis internacionais (BACEN) e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). 1. **Contexto econômico:** A economia brasileira chegou ao fim de 2018 com uma melhor perspectiva de crescimento em 2019, porém com uma desaceleração econômica em 2018, devido ao longo do ano. O endividamento elevado, tanto do setor privado como do público, foi um dos principais direcionadores da lenta recuperação da economia, a despeito de alguns fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. Ademais, a economia brasileira foi submetida a choques adversos durante o ano – greve dos caminhoneiros, piora do cenário internacional e incerteza política – que influenciaram negativamente o crescimento econômico brasileiro. Apesar disso, a economia brasileira manteve uma boa força da atividade econômica em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança. Estimase que o produto interno bruto (PIB) em 2018 tenha crescido abaixo do estimado pelas projeções do início do ano, impactado por menores taxas de crescimento de consumo das famílias em função de um patamar de desemprego maior do que o esperado, logo, somado a uma alta rotatividade do setor produtivo, não permitiu uma contribuição maior dos investimentos para a expansão econômica. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a atividade econômica brasileira em 2018 apresentou um crescimento de 0,9%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou um crescimento de 1,9%. O cenário de emprego encerrou o ano com um saldo positivo de criação de vagas, após três anos consecutivos com fechamento de posições. A inflação, medida pelo IPCA/IBGE, fechou em 3,75%, o segundo ano consecutivo abaixo da taxa básica de juros (13,75%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A inflação em 2018 apresentou uma desaceleração em relação a 2017, devido a reformas econômicas após a eleição presidencial. Os indicadores de confiança, tanto dos empreendedores quanto dos consumidores, apresentaram um otimismo dos agentes em relação a conjuntura econômica em 2019. O crescimento econômico brasileiro em 2019 será determinante para a manutenção desde otimismo a economia brasileira nos próximos anos apontando para um ambiente inflacionário benigno, favorecendo o crescimento econômico brasileiro. Os fundamentos do consumo do emprego e da renda, enquanto os investimentos em infraestrutura e serviços em um ambiente em expansão econômica, são fatores determinantes para o crescimento econômico brasileiro.

Informações financeiras:

(R\$ milhões)

Receita da intermediação financeira

Outras receitas (despesas) operacionais

Resultado antes da tributação sobre o lucro e a perda

Lucro líquido

3. **Contábil sobre o desempenho:** A receita operacional antes da tributação sobre o lucro e a perda em 2018 foi de 43,6% em relação a 2017. A perda operacional antes da tributação sobre o lucro e a perda em 2018 foi de R\$28,4 milhões, aumento de 20,5% em comparação com 2017. O lucro líquido antes da tributação sobre o lucro e a participação cresceu 12,3% em relação a 2017, enquanto o lucro líquido totalizou R\$27,0 milhões, crescimento de 12,3% em relação a 2017.

consequente abaxo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central, permitindo que a autoridade monetária reduza a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos. A perspectiva do avanço de reformas econômicas após a eleição presidencial provocou uma melhora nas condições financeiras. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários quanto dos consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes em relação à evolução da economia, atingindo patamares próximos aos de períodos anteriores à recessão. O comprometimento com as políticas de reformas econômicas e fiscais será determinante para a manutenção deste otimismo observado. Olhando adiante, as expectativas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado, contando com um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção da taxa de juros em patamares baixos. Os consumidores e os empresários devem manter uma postura otimista quanto ao futuro do emprego e da renda, enquanto os investimentos voltariam a se recuperar estimulados pelo aumento da confiança dos empresários em um ambiente institucional mais favorável aos negócios.

(R\$ milhões)	2018	2017	Δ
Receita da intermediação financeira	1,8	3,3	-43,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	26,4	21,9	20,5%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	28,3	25,2	12,3%
Lucro líquido	27,0	21,4	26,0%

3. Comentário sobre o desempenho: A receita da intermediação financeira foi de R\$1,8 milhão em 2018, redução de 43,6% em relação a 2017. A linha de outras receitas e despesas operacionais totalizou R\$26,4 milhões, aumento de 20,5% em comparação ao ano anterior. O resultado antes de tributação sobre o lucro e participações cresceu 12,3%, em relação ao ano anterior, atingindo R\$28,3 milhões. O lucro líquido totalizou R\$27,0 milhões, crescimento de 26,0% em comparação a 2017.

Descrição (R\$ milhões)	2018	2017
Lucro antes dos impostos e participações	28,3	25,2
(-) Impostos e contribuições	2,5	1,9
(-) Participações	(1,8)	(0,9)
Lucro líquido do exercício	27,0	21,4
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1,7)	(2,2)
(+) Ajustes de exercícios anteriores	2,3	2,3
Lucro líquido ajustado	25,7	23,5
Dividendos obrigatórios	6,4	5,9
25% do lucro líquido ajustado		
(-) Dividendos intercalares pagos e imputados aos dividendos obrigatórios	6,4	5,9
Saldo dos dividendos obrigatórios		
Dividendos intercalares pagos	-	4,1
Dividendos adicionais propostos	19,2	13,6
Total dos dividendos	25,7	23,5
5. Investimentos: Em 31/12/2018, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (SAGA), no montante de R\$22,9 milhões. 6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento": A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". 7. Auditores Independentes: Os auditores externos são classificados na categoria "auditores independentes". A Companhia não possui ativos classificados na categoria "auditores independentes" que sejam dependentes da Companhia e do grupo ao qual ela pertence e que não há qualquer contrato de serviços que não sejam os de auditoria até o momento que quebre esta relação de independência, até o momento que quebre esta relação de independência. 8. Acordo de acionistas: A Companhia não é parte de acordos de acionistas. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019. A ADMINISTRAÇÃO.		

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Circulante		42.703	36.080
Disponibilidades	–	52	45
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	31.116	26.921
Carteira própria	–	31.116	26.921
Outros créditos	–	11.535	9.114
Rendas a receber	6	8.806	6.909
Diversos	7	2.729	2.205
Realizável a longo prazo	–	19.499	32.464
Outros créditos	–	19.499	32.464
Diversos	7	19.499	32.464
Permanente	–	23.544	17.837
Investimentos	–	22.885	17.079
Participação em controlada - No País	8	22.872	17.065
Outros investimentos	–	14	14
Imobilizado	–	64	110
Intangível	–	594	648
Total do ativo		85.746	86.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2º Semestre/2018	2018	2017
Receita da intermediação financeira		962	1.848	3.278
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	962	1.848	3.278
Resultado bruto da intermediação financeira	-	962	1.848	3.278
Outras receitas (despesas) operacionais	-	12.804	26.405	21.904
Receitas de prestação de serviços	16	11.957	23.297	24.590
Despesas de pessoal	17	(6.572)	(13.568)	(11.687)
Outras despesas administrativas	18	(5.241)	(9.111)	(9.693)
Despesas tributárias	-	(911)	(1.778)	(1.819)
Resultado de participação em coligadas e controladas	8	14.140	27.914	20.294
Outras receitas operacionais	19	597	1.335	2.039
Outras despesas operacionais	20	(1.166)	(1.684)	(1.820)
Resultado operacional	-	13.766	28.253	25.182
Resultado não operacional	-	-	33	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	-	13.766	28.286	25.182
Imposto de renda e contribuição social	-	388	2.508	(1.910)
Imposto de renda	21	(1.363)	(159)	(815)
Contribuição social	21	(1.896)	(1.190)	(704)
Ativo fiscal diferido	21	3.647	3.857	(391)
Participações no lucro	-	(2.250)	(3.788)	(1.843)
Lucro líquido	-	11.904	27.006	21.429
Quantidade de ações	-	17.166.837	17.166.837	17.166.837
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	-	0,69	1,57	1,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (em milhares de reais)

Descrição	2º Semestre/2018	2018	2017
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	13.766	28.286	25.182
Mais			
Depreciações e amortizações	55	104	91
Juros e variações monetárias de provisão para riscos fiscais e passivos de ações civis e trabalhistas	472	990	1.660
Incentivo de ações	452	1.265	568
Outros	—	19	—
Menos			
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais	(523)	(1.128)	(1.830)
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(14.140)	(27.914)	(20.294)
Outros	(37)	(78)	—
Atividades operacionais			
Variação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.526)	(4.203)	6.816
Variação de outros créditos	13.978	13.489	(1.052)
Variação de outras obrigações fiscais e previdenciárias	7.077	7.258	(3.050)
Variação de outras obrigações diversas	(19.075)	(24.073)	(1.322)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	—	20.294	13.264
Imposto de renda e contribuição social pagos	(493)	(743)	(3.186)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6	13.566	16.847
Atividades de investimento			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado	—	52	—
Pagamento pela compra:			
Imobilizado	—	—	(2)
Intangível	—	—	(1)
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades de investimento	—	52	(3)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	—	(13.611)	(16.845)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	—	(13.611)	(16.845)
Variação líquida do caixa	6	7	(1)
Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial	46	45	46
Caixa e equivalentes de caixa - saldo final	52	52	45
Aumento/ (redução) nas disponibilidades	6	7	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

[illegible]

	Notas	2018	2017
Passivo			
Circulante		17.009	10.339
Outras obrigações	–	17.009	10.339
Sociais e estatutárias	14	6.414	–
Fiscais e previdenciárias	9	600	499
Diversas	10	9.995	9.840
Exigível a longo prazo	–	10.190	24.470
Outras obrigações	–	10.190	24.470
Diversas	10	10.190	24.470
Patrimônio líquido	–	58.547	51.572
Capital	13.1	37.875	31.563
De domiciliados no país	–	37.875	31.563
Reservas de lucros	13.2	20.671	20.003
Ajustes de avaliação patrimonial	–	1	6
Total do passivo e patrimônio líquido		85.746	86.381

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutá- ria	Dividendos adicionais propostos	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2017	31.563	6.312	79	2.183	6.845	15.419	(17)	-	46.965
Dividendos adicionais propostos aprovados - R\$0,40 por ação, conforme AGOE de 29/03/2017	-	-	-	-	(6.845)	(6.845)	-	-	(6.845)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	23	-	23
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(2.183)	-	-	-	2.183	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	21.429	21.429
Destinações:									
Dividendos obrigatórios - R\$0,34 (em reais) por ação, conforme RCA de 21/08/2017	-	-	-	-	-	-	-	(5.903)	(5.903)
Dividendos intercalares - R\$0,24 (em reais) por ação, conforme RCA de 21/08/2017	-	-	-	-	-	-	-	(4.097)	(4.097)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	13.612	13.612	-	-	(13.612)
Saldos em 31/12/2017	31.563	6.312	79	-	13.612	20.003	6	-	51.572
Mutações do exercício	-	-	-	(2.183)	6.767	4.584	23	-	4.607
Saldos em 01/01/2018	31.563	6.312	79	-	13.612	20.003	6	-	51.572
Aumento de capital com reserva legal, conforme ata do dia 29/03/2018	6.312	(6.312)	-	-	-	(6.312)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Dividendos adicionais propostos aprovados - R\$0,79 por ação, conforme AGOE de 29/03/2018	-	-	-	-	(13.612)	(13.612)	-	-	(13.612)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	27.006	27.006
Destinações:									
Reserva legal	-	1.350	-	-	-	1.350	-	(1.350)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(6.414)	(6.414)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	19.242	19.242	-	(19.242)	-
Saldos em 31/12/2018	37.875	1.350	79	-	19.242	20.671	1	-	58.547
Mutações do exercício	6.312	(4.962)	-	-	5.630	668	(5)	-	6.975
Saldos em 30/06/2018	37.875	-	79	-	-	79	1	15.102	53.057
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	11.904	11.904
Destinações:									
Reserva legal	-	1.350	-	-	-	1.350	-	(1.350)	-
Dividendos obrigatórios - R\$0,37 (em reais) por ação	-	-	-	-	-	-	-	(6.414)	(6.414)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	19.242	19.242	-	(19.242)	-
Saldos em 31/12/2018	37.875	1.350	79	-	19.242	20.671	1	-	58.547
Mutações do semestre	-	1.350	-	-	19.242	20.592	-	(15.102)	5.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações – Em vigor a partir de 01/01/2019. **Normas e interpretações novas e revisadas já publicadas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2018 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Uma série de novas normas ainda está efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que a norma a seguir possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de competência 2019. **IFRS 16, Leasing:** A norma de 2016, que substituiu a antiga norma de 2013, introduziu mudanças significativas no tratamento contábil de contratos de aluguel. A norma ainda não há previsão de data de adoção pelas empresas reguladas pelo BACEN. A Companhia está aguardando o pronunciamento formal do órgão regulador. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. **IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda –** Em vigor a partir de 01/01/2019; e **Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 –** Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias de transações e aos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019. O CPC também aprovou o **IFRS 9, Instrumentos Financeiros**, que substituiu o antigo IAS 39. A Companhia não adotou o novo padrão contábil devido ao fato de que todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pelo BACEN. **4. Gerenciamento de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e o impacto potencial de sua ocorrência. O gerenciamento de riscos da Companhia é realizado por meio de um processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **1. Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **2. Qualificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial de sua ocorrência; **3. Monitoramento e reporte:** Os riscos são monitorados e reportados de forma contínua por meio de sistemas de controle interno, assim como elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **4. Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia adota a suficiência do Comitê de Referência em relação ao Patrimônio de Referência Exigido, requerido mensalmente pelo regulador. As diretrizes e o plano de ação de resposta aos riscos da Companhia são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também estabelece o plano de contingência da Companhia, a partir dos riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. E papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, estabelecer a política de gestão de riscos da Companhia, avaliar a eficácia dos controles internos, monitorar a eficácia dos controles internos, apoiar a responsabilização do Gestor de Riscos da SuAmérica com a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa. A segunda gestão de cada risco (2ª linha de defesa) é realizada pelo Conselho de Administração, que também estabelece novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia o patrimônio de referência da Companhia. Por fim, a terceira gestão de cada risco (3ª linha de defesa) é realizada pela Divisão de Riscos corporativos, que realiza uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha de defesa, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SuAmérica. O processo de gestão de riscos da Companhia é realizado de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos da Companhia. A gestão de riscos de mercado da Companhia é realizada de forma integrada e contínuo, com o objetivo de garantir a eficácia dos controles internos e a conformidade com a padronização a linguagem em

Descrição					2018	2017
Patrimônio de referência					56.109	49.696
Patrimônio de referência exigido					9.028	10.633
Margem limite de compatibilização					47.081	39.063
5. Títulos e valores mobiliários:						
2018						
Descrição	Títulos para negociação		Disponível para venda			
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Taxa média de juros	
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	28.977	28.979	28.979	
Letras financeiras do tesouro	–	–	28.977	28.979	SELIC 28.979	
Cotas de fundos de investimentos	2.137	2.137	–	–	2.137	
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	2.137	2.137	–	–	2.137	
Subtotal	2.137	2.137	28.977	28.979	31.116	
Percentual total - contábil		6,87%		93,13%	100,00%	
Total					31.116	
Circulante					31.116	
2017						
Descrição	Títulos para negociação		Disponível para venda			
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Taxa média de juros	
Títulos de renda fixa - públicos	–	–	21.136	21.145	21.145	
Letras financeiras do tesouro	–	–	21.136	21.145	SELIC 21.145	
Cotas de fundos de investimentos	5.776	5.776	–	–	5.776	
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	5.776	5.776	–	–	5.776	
Subtotal	5.776	5.776	21.136	21.145	26.921	
Percentual total - contábil		21,46%		78,54%	100,00%	
Total					26.921	
Circulante					26.921	

1

continuação
<div><div>Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. CNPJ 32.206.435/0001-83</div><div>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</div></div>
<div><div><div><div>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As</div><div><div>distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos dos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</div><div><div>Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019</div><div>DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ Roberto Paulo Kenedi - Contador CRC nº 1 RJ 081401/O-5</div></div></div></div></div></div>

Deloitte

CORREÇÕES

Bolsonaro diz contar com patriotismo do Parlamento para aprovar Previdência

Presidente acredita que Congresso fará as correções que têm que ser feitas e aperfeiçoar a reforma

O presidente Jair Bolsonaro disse contar com o “patriotismo” de deputados e senadores nas discussões para mudar a proposta de reforma da Previdência, enviada na semana passada pelo governo ao Congresso.

“Não tenho a menor dúvida de que o Parlamento fará as correções que têm que ser feitas, porque, afinal de contas, nós não somos perfeitos e essa proposta tem que ser aperfeiçoada”, afirmou, após participar da cerimônia de posse da nova diretoria de Itaipu.

“Nós contamos com o patriotismo e o entendimento do Parlamento para que nós possamos de fato ter uma reforma da Previdência, porque, caso contrário, economicamente, o Brasil é um país fadado ao insucesso”, acrescentou.

Bolsonaro não comentou o fato de que ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, entrou na Justiça com uma liminar, solicitando a retirada de reportagens da Folha de S.Paulo sobre o esquema de candidaturas-laranja do PSL em Minas Gerais. O pedido foi negado. “Peço por favor, estamos tratando de uma questão de extrema importância para o país. Outra pergunta”, disse.

Bolsonaro também não comentou a situação da Venezuela e os conflitos na fronteira com Roraima.

O presidente disse que o tratado de Itaipu “sempre trouxe algum problema no passado”. Em sua avaliação, porém, essas questões serão



Bolsonaro afirma que o Brasil está fadado ao insucesso econômico caso não faça uma reforma na Previdência

superadas pelos militares e pelas pessoas à frente do Brasil e do Paraguai. O tema deve ser tratado em reunião bilateral entre os dois países em Brasília, no dia 12 de março. “Tenho certeza de que essa questão aí, que sempre trouxe algum problema no passado, será superada por pessoas com essa formação e dessa natureza”.

Bolsonaro disse que trabalhou, como militar, na fronteira entre Brasil e Paraguai, assim como o novo diretor-geral de Itaipu, general Joaquim Silva e Luna, que serviu, por dois anos, como representante militar no Paraguai. Ele aproveitou para elogiar o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, por “sua formação de direita, homem cristão, conservador, que quer o bem do seu país.”

Sobre o fato de o ex-ministro da Secretaria de Governo Carlos Marun ter sido nome-

ado para o Conselho de Itaipu, em um dos últimos atos do governo do ex-presidente Michel Temer, Bolsonaro pareceu não ter conhecimento da decisão. Ele respondeu: “O Marun foi... tá mantido? Tá mantido no Conselho. Foi indicação do presidente Temer e o nosso compromisso é daqui para frente”.

Bolsonaro disse que a reunião bilateral que teve com o presidente do Paraguai pouco antes da cerimônia de posse de Itaipu foi um “aquecimento” para a reunião que será realizada em Brasília em março. “O que está mais latente no momento é a questão das pontes. Vamos dar mais um passo na questão da tarifa, não há dúvida”, disse.

O presidente fez uma homenagem aos generais que comandaram as ditaduras militares do Brasil e do Paraguai.

Ele disse que a usina só saiu do papel devido aos militares. O tratado que deu origem à usina foi assinado em 1974, e a hidrelétrica começou a produzir energia em 1984.

“Eu queria, se me permittem, recordar, relembrar aqueles que realmente foram responsáveis por essa obra. Isso tudo, as primeiras tratativas começaram ainda lá atrás, no governo do marechal Castelo Branco”.

Em seu discurso, Bolsonaro disse que Castelo Branco foi eleito em 11 de abril de 1964 e que tomou posse em 15 de abril daquele ano, “tudo à luz da Constituição vigente naquele momento”. O presidente não mencionou o fato de que, depois do golpe militar, em 31 de março de 1964, os presidentes eram escolhidos pela cúpula do regime e, somente depois disso, eleitos

indiretamente por um colégio eleitoral. Além disso, a Constituição de 1946 não previa ruptura democrática.

Bolsonaro mencionou ainda tratativas que continuaram durante o governo dos presidentes Costa e Silva, que sucedeu Castelo Branco, e Garrastazu Médici. A obra, na avaliação de Bolsonaro, “realmente saiu do papel e tomou corpo” durante o governo de Ernesto Geisel. Ao “saudosos e querido” João Figueiredo, último presidente do regime militar, Bolsonaro disse que coube a inauguração da primeira turbina. Nenhum presidente civil foi mencionado no discurso.

Bolsonaro aproveitou ainda para homenagear o general Alfredo Stroessner, ditador que governou o Paraguai entre 1954 e 1989. O pai do atual presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, conhecido como Marito, foi secretário particular de Stroessner. “Mas Marito, isso tudo não seria suficiente se não tivesse do lado de cá um homem de visão, um estadista, que sabia perfeitamente que o seu país, Paraguai, só poderia prosseguir e progredir se tivesse energia. Então aqui também a minha homenagem ao nosso general Alfredo Stroessner”, disse.

Bolsonaro citou ainda trecho da Bíblia e disse que Marito é cristão, conservador e um homem de família. “Esses valores nos trouxeram até aqui e com a graça de Deus continuaremos juntos para o bem dos nossos povos”, afirmou.

mou. “Esquerda, nunca mais”, enfatizou.

O presidente disse que vai receber Marito em Brasília no dia 11 de março, em uma reunião bilateral. No encontro, os países devem tratar de assuntos como a própria revisão do Tratado de Itaipu, cujos termos se encerram em 2023, as duas pontes entre Brasil e Paraguai sobre o Rio Paraná, que serão pagas com recursos da usina, com custo repassado aos consumidores brasileiros. “Conte com o apoio do nosso governo para concretizarmos esse objetivo”, disse.

Bolsonaro citou ainda uma parceria entre Brasil e Paraguai no combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro. O presidente citou o ministro da Justiça, Sergio Moro, e agradeceu ao Paraguai “por rapidamente mandar para nós brasileiros criminosos que agiam em seu Estado”. Há dois anos e meio, por meio de um acordo firmado entre os dois países, o Paraguai tem deportado criminosos de facções procurados pela polícia e Justiça brasileiras.

Bolsonaro voltou a agradecer o Paraguai pelo envio de criminosos brasileiros que estavam no país e disse que Marito “inspira confiança”.

“Teremos no próximo mês reunião com presidente para tratar de dois assuntos: concretização das duas pontes, aprofundamento do acordo que temos no combate ao crime organizado e lavagem de dinheiro, entre outros. Esse simbolismo é de extrema importância”, disse.

UNIFICAÇÃO DA ESQUERDA

Rodrigo Maia cobra agilidade do governo e condiciona suporte a Estados a apoio à PEC

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cobrou, ontem agilidade do governo federal na comunicação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Nova Previdência. Para ele, é preciso olhar o Parlamento “com cuidado”, já que o teto para aprovar reformas é menor do que o conseguido pelo ex-presidente Michel Temer. “Comunicação nas redes sociais para o eleitor do (presidente Jair) Bolsonaro é decisiva e a comunicação (sobre Previdência) precisa ser mais ágil, a guerrilha precisa existir”, disse ele durante o 20º CEO Brasil 2019 Conference, do BTG Pactual.

Segundo Maia, a PEC da Nova Previdência, “em princípio”, unifica a esquerda no campo político e ideológico e o caminho para atrair o apoio desse campo contrário ao projeto é pressio-

nar estados comandados por esses partidos contrários ao governo federal. “Os estados tendem a quebrar bem antes do governo federal e se tem sete em calamidade financeira hoje, em 2022 vai ter 20. Teremos de trazer a esquerda pelos governadores do Nordeste que compreendem a reforma”, afirmou, dizendo que é preciso “acreditar que todas as reformas que aprovaremos vão gerar empregos formais”.

Ele admitiu que errou, durante o seu mandato anterior no comando da Casa, ao “dar fluxo de caixa aos governadores” da oposição em projetos sem nunca ter cobrado apoio deles às reformas. Agora, Maia avalia que projetos prioritários desses governos, como a securitização de dívidas e a cessão onerosa, podem ser votados “no dia seguinte” ao da aprovação da PEC da Nova Previ-

dência. “Não vai ter reforma dos estados se os partidos de esquerda não colaborarem com votos”, afirmou Maia.

O presidente da Câmara defendeu que as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a aposentadoria rural sejam retiradas da pauta da Previdência e avaliadas separadamente. “Se o impacto fiscal com BPC é pequeno, para que poluir a pauta com isso. É risco grande tratar de BPC e aposentadoria rural sem ter certeza do impacto na PEC”. Sobre a aposentadoria rural, Maia afirmou que a Medida Provisória para combater fraudes no processo pode resolver a questão e reduzir o déficit do setor.

O presidente da Câmara dos Deputados avaliou ainda que o presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), é refém do discurso de campanha no qual pregou mudan-

ças rápidas no país. Segundo ele, a sociedade tinha essa “expectativa de um novo país, mas as mudanças não são tão rápidas numa democracia, o que é bom”, ponderou.

Maia disse que a política precisa entender a forma com que o presidente Bolsonaro quer fazer e dialogar com o parlamento em um contexto de necessária aprovação da PEC da Nova Previdência. “Não tem velha e nova política, tem a política. O problema é a governabilidade da Casa em conjunto, a reforma da Previdência vai ter um peso positivo para o governo em 2022 e os deputados querem compreender como isso será dividido”.

O presidente da Câmara evitou comentar quantos votos o governo teria hoje para aprovar a PEC da Nova Previdência, mas admitiu que o projeto hoje não passaria

nem pela admissibilidade da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) sem a articulação necessária do governo. Para Maia, o governo “tem o PSL (partido de Bolsonaro) na base e não tem mais partido” algum. “Precisamos trazer uns 10, 12 partidos para a base para ter musculatura. Nós que acreditamos na reforma, vamos ajudar o governo a construir sua base.”

Maia citou o apoio de 70% da população à aposentadoria rural, mas, ao ser indagado sobre as bancadas temáticas, o presidente da Câmara afirmou que a agenda da bancada do agronegócio não é a da reforma. “A agenda ideológica está nos partidos, onde está a agenda da reforma da Previdência”, explicou.

O deputado disse ter um bom diálogo com a oposição e se dispôs a ajudar com esses parlamentares contrá-

rios à PEC da Nova Previdência na aprovação da proposta. Ele calculou que o projeto possa tramitar nas comissões da Casa e estar pronto para a votação em plenário entre o final de maio e o começo de junho.

Para o presidente da Câmara, também não há base para a aprovação de um projeto de autonomia do Banco Central, que está pronto e foi elaborado pelo até agora presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn. Mas, segundo ele, não há problema em votá-lo antes mesmo da PEC da Nova Previdência, “desde que se tenha base”.

Por fim, Maia disse ter convidado um grupo de deputados para ajudá-lo na elaboração de um projeto de reforma administrativa para a Câmara dos Deputados e que, se tudo der certo, em dois meses a proposta será apresentada.